



I - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
COM INCLUSÃO SOCIAL

2008

I – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM INCLUSÃO SOCIAL

Em 2007, mais acentuadamente que nos anos anteriores, foi possível observar de forma clara os resultados das políticas econômica e social deste Governo, cujos objetivos podem ser resumidos no trinômio: crescimento, estabilidade e inclusão social.

Ao longo dos últimos anos, o crescimento da economia brasileira vem se acelerando. Após crescer 3,8%, em 2006, a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) alcançou 5,3% no acumulado dos três primeiros trimestres de 2007, beneficiando todas as áreas da atividade econômica. Destaque para o setor agropecuário, que reverteu o desempenho dos primeiros trimestres de 2006 e apresentou crescimento de 5,9% do último trimestre daquele ano até o terceiro trimestre de 2007, em relação ao mesmo período anterior. O crescimento no período foi determinado essencialmente pela demanda doméstica, com o consumo das famílias crescendo 5,9% e o investimento 12,4%.

Essa expansão da demanda é o resultado, tanto do crescimento da renda, quanto de uma forte ampliação do crédito. Nos 12 meses encerrados em novembro de 2007, a renda total dos trabalhadores expandiu-se 6,4%, em termos reais, resultado de uma ampliação relevante do emprego, de 2,9%, e do crescimento de 3,4% da renda média real dos trabalhadores. A taxa de desemprego, de 8,2%, encontra-se no menor nível dos últimos anos. O mais importante é que a expansão do emprego vem sendo feita com qualidade. Após um longo período de forte aumento da informalidade no mercado de trabalho brasileiro, desde 2004, o emprego formal vem crescendo em ritmo bem superior ao do emprego informal. Em 2007, foram criados mais de 1,6 milhão de novos empregos formais, recorde da série histórica do indicador.

Paralelamente à expansão da renda das famílias, a demanda doméstica vem sendo sustentada por um forte crescimento do crédito. Entre o final de 2006 e novembro de 2007, o volume total de crédito do sistema financeiro subiu de 30,7% para 34,3% do PIB. Ao contrário de outros países, nos quais o aumento do volume de crédito se fez à custa de uma piora em sua qualidade, o incremento do crédito na economia brasileira se dá num contexto de grande solidez das instituições financeiras, tendo ocorrido inclusive uma redução do nível de inadimplência ao longo do último ano. Isso significa que estão colocadas as condições para a expansão sustentada do crédito – e, portanto, da demanda – nos próximos anos. As razões para a expansão do crédito são várias: do lado da demanda por financiamentos, a perspectiva de crescimento do emprego e da renda aumenta a segurança das famílias para se endividar; do lado da oferta, a solidez macroeconômica e a perspectiva de menor volatilidade ampliam a propensão das instituições financeiras a emprestar.

O Governo está promovendo, também, uma série de mudanças institucionais destinadas a aumentar a concorrência entre as instituições financeiras e diminuir o risco das operações de crédito, contribuindo para a redução das taxas de juros que, no caso das pessoas físicas, caíram de 52,1% ao ano no final de 2006, para 44,8% ao ano em novembro de 2007.

Um dos destaques no atual ciclo de expansão é o crédito imobiliário. Em 2007, os novos financiamentos com recursos da caderneta de poupança alcançaram recursos da ordem de R\$ 18,3 bilhões, quase o dobro dos R\$ 9,4 bilhões desembolsados no exercício de 2006. Embora o volume de crédito imobiliário ainda seja baixo no Brasil, a tendência é que se expanda acentuadamente nos próximos anos em decorrência não apenas da estabilidade macroeconômica, mas também de aprimoramentos institucionais introduzidos ao longo dos últimos cinco anos, como o patrimônio de afetação e a regulamentação da alienação fiduciária.

Mais do que renda e crédito em alta, o que caracteriza o atual ciclo de crescimento da economia brasileira é seu caráter inclusivo. A mudança que estamos vivendo não é apenas quantitativa, mas também qualitativa, pois resulta da inclusão no mercado de consumo de uma ampla parcela da população até então marginalizada.

A resultante das políticas econômica e social do Governo é uma forte expansão da classe média e uma redução da classe “D” e, principalmente, “E”, que praticamente não tinham acesso ao crédito e ao consumo. Se as vendas do comércio varejista cresceram 13,9% ao longo de 2007 não é apenas porque aqueles que já consumiam estão consumindo mais, mas também, e principalmente, porque aqueles que não consumiam, hoje estão podendo participar do mercado.

Nesse ambiente de forte expansão da renda e do consumo, a dúvida que surge é: será que o crescimento é sustentável? A resposta é sim. E aqui talvez esteja a principal diferença entre o atual ciclo de crescimento e os ciclos anteriores de expansão da economia brasileira.

Há muitos fatores que podem levar à reversão de um ciclo de crescimento. Os mais comuns são desajustes macroeconômicos, como inflação em alta ou um forte desequilíbrio nas contas externas, cuja correção inevitavelmente cobra seu preço na forma de um menor crescimento, ou mesmo de uma recessão. Tais desajustes são, quase sempre, a consequência de um descompasso entre o ritmo de crescimento da demanda e o ritmo de expansão da capacidade produtiva da economia. Um desequilíbrio expressivo nas contas públicas também pode levar à interrupção de um ciclo de expansão econômica, na medida em que um forte ajuste fiscal – via elevação de receitas ou redução de despesas – tende a ter um impacto relevante sobre o crescimento. No limite, uma expansão descontrolada da dívida pública pode levar à perda de confiança na moeda nacional e à desestruturação completa do sistema de financiamento da economia.

Em geral, os desequilíbrios macroeconômicos são a contrapartida de um padrão inadequado de financiamento da economia, e a história brasileira mostra isso de forma muito clara. Na ausência de instrumentos eficientes de intermediação da poupança privada e frente à insuficiência de poupança pública, os ciclos anteriores de crescimento da economia brasileira se caracterizaram por mecanismos inadequados de financiamento, como a expansão monetária (gerando inflação), o endividamento externo descontrolado e o endividamento público excessivo. Em todos os casos, o desequilíbrio macroeconômico resultante acabou comprometendo o próprio processo de crescimento.

O que diferencia o atual ciclo de expansão dos anteriores é que estamos financiando de forma adequada o nosso desenvolvimento. Em outras palavras, o crescimento atual da economia brasileira está se realizando sem comprometer o equilíbrio macroeconômico, ou seja, sem comprometer o crescimento futuro.

Um dos principais fatores que dá confiança na sustentabilidade do crescimento é o forte ritmo de expansão dos investimentos, superior a 12% ao ano. É a ampliação da capacidade produtiva resultante desses investimentos que viabiliza o atendimento de uma demanda cada vez mais robusta, sem pressionar os preços ou gerar desequilíbrios excessivos nas contas externas. A rápida expansão dos investimentos é o reflexo do elevado grau de confiança dos empresários no futuro da economia brasileira. Mas é, também, o resultado de mudanças implementadas pelo Governo, com destaque para as sucessivas medidas de desoneração dos investimentos, que, em 2007, foram complementadas com a criação do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infra-estrutura (Reidi).

A manutenção da inflação baixa e sob controle é mais um indicador da sustentabilidade do atual ciclo de crescimento. Num contexto em que a maioria dos países vem experimentando um surto de alta dos preços, a inflação brasileira também subiu um pouco em 2007. Mas mesmo com essa pressão, a taxa de 2007 (4,46%) ficou praticamente no centro da meta de inflação, de 4,5%, enquanto a taxa projetada pelo mercado para 2008 situa-se abaixo da meta. Em particular, boa parte da alta da inflação em 2007 se deveu à alta dos preços dos alimentos, a qual refletiu em parte uma tendência mundial e em parte fatores localizados e transitórios, decorrentes de problemas climáticos no Brasil. Excluindo-se o impacto da alta dos alimentos, a inflação brasileira, medida pelo IPCA, foi de apenas 2,23% no ano de 2007.

É esse bom desempenho da inflação – resultante do compromisso do Governo com a estabilidade dos preços e da seriedade na condução da política monetária – que tem permitido a redução consistente das taxas de juros. Ao longo de 2007, a meta para a taxa básica de juros (Selic) foi reduzida de 13,25% para 11,25% ao ano e a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) de 6,85% para 6,25% ao ano. Trata-se do menor nível histórico tanto da Selic quanto da TJLP.

Outro pilar da consistência macroeconômica é a solidez das contas externas. As reservas internacionais do Brasil, que no final de 2006 eram de US\$ 86 bilhões, alcançaram em dezembro de 2007 US\$ 180 bilhões, correspondendo a mais do que o dobro da dívida externa pública e à quase totalidade da dívida externa do País. Este é o resultado de um saldo positivo em conta corrente, mas também, e principalmente, de um forte influxo de divisas destinadas, em grande parte, a investimentos diretos – que nos últimos 12 meses alcançaram o recorde histórico de US\$ 36 bilhões – e à compra de ações de empresas brasileiras. A solidez dessas contas é extremamente importante para tornar o País menos vulnerável a eventuais alterações nos fluxos de divisas decorrentes de mudanças no cenário internacional. É por este motivo que a crise financeira internacional iniciada em meados de 2007, apesar de seu forte impacto sobre o sistema financeiro e o crescimento de alguns países desenvolvidos, teve efeitos relativamente limitados sobre o Brasil, não comprometendo a trajetória de crescimento de nossa economia.

Na base da consistência de nossas contas externas está o bom desempenho de nossas transações comerciais. Apesar de uma pequena redução, o saldo da balança comercial fechou o ano de 2007 com um superávit de US\$ 40 bilhões, refletindo a expansão tanto das exportações – que cresceram 16,6% –, quanto das importações, cujo crescimento foi de 32%. Parte do crescimento de nossas exportações decorre da alta do preço de *commodities* primárias, no entanto, deve ser ressaltado que, dos 27 setores industriais que compõem a Pesquisa Industrial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 22 apresentaram crescimento da produção no acumulado de 2007, até novembro. E dentre os que registraram queda, vários não têm qualquer relação com o câmbio. Em outras palavras, até o presente momento a indústria brasileira tem conseguido adequar-se bem à valorização cambial, por meio do corte de custos e do aumento da produtividade.

A consistência macroeconômica é reforçada pela solidez das contas fiscais. Em 2007, a combinação de um elevado superávit primário com a diminuição do custo da dívida pública viabilizou uma redução relevante do déficit nominal – que alcançou seu menor nível histórico –, ficando, nos 12 meses encerrados em novembro em 2,1% do PIB. Dado o compromisso do Governo com a manutenção da solidez fiscal, torna-se cada vez mais realista a perspectiva de eliminação completa do déficit nominal do setor público ao longo dos próximos anos.

Como resultado da gestão fiscal, a dívida líquida do setor público seguiu em queda, reduzindo-se de 44,9% do PIB, no final de 2006, para 42,6% do PIB, em novembro de 2007. Ao mesmo tempo, o Tesouro Nacional deu continuidade ao processo de alongamento e de melhora da composição da dívida pública, reduzindo o risco de volatilidade nos próximos anos.

O prazo médio da Dívida Pública Federal ampliou-se de 35,5 meses, em dezembro de 2006, para 39,1 meses, em novembro de 2007, ocorrendo concomitantemente redução no seu custo médio de 13,78% a.a. para 11,68% a.a. Destaque-se, ainda, a continuidade da ampliação da parcela pré-fixada no total da dívida, que passou de 37,6% para 40%, entre dezembro de 2006 e novembro de 2007.

Uma das conseqüências da estabilidade macroeconômica, em particular da estabilidade dos preços, é a forte expansão do mercado de capitais no Brasil. Com a alta do preço das ações, o valor de mercado das companhias listadas na Bolsa de Valores de São Paulo alcançou cerca de R\$ 2,5 trilhões, no final de 2007, alta de cerca de 60% no ano e mais de 450% desde o início de 2003. Essa alta estimula as companhias abertas a realizar novas captações e, as fechadas, a abrir seu capital. Nesse ambiente, as emissões primárias no mercado de capitais atingiram seu recorde histórico, em 2007, ficando próximas de R\$ 130 bilhões, dos quais mais de R\$ 50 bilhões em operações diretamente relacionadas à capitalização das empresas via emissão de ações ou fundos de participação.

O mais importante é que a expansão sustentada do mercado de capitais indica que o Brasil está desenvolvendo mecanismos adequados de financiamento do investimento, que conta ainda com a importante participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cujos desembolsos alcançaram R\$ 65 bilhões, em 2007. Ao contrário dos ciclos anteriores de desenvolvimento, que dependeram de mecanismos inadequados de financiamento, o atual ciclo está sendo estruturado sobre instrumentos sólidos de intermediação da poupança privada – via mercado de capitais – e da poupança pública – via BNDES –, o que garante a sua sustentabilidade.

Objetivamente, seja do ponto de vista da consistência macroeconômica em suas três dimensões – estabilidade dos preços, solidez das contas externas e gestão fiscal responsável –, seja do ponto de vista do desenvolvimento de mecanismos adequados de financiamento, o atual ciclo de crescimento da economia brasileira tende a ser mais sustentável que os ciclos de expansão das últimas décadas.

Mas não são apenas desajustes macroeconômicos que podem levar à reversão de um ciclo de crescimento: a insuficiência de infra-estrutura econômica pode ter o mesmo efeito. Quando a expansão da infra-estrutura não acompanha o crescimento da economia, surgem gargalos – como a falta de energia para alimentar o parque produtivo ou a insuficiência de estradas e portos para escoar a produção – que inviabilizam o próprio crescimento. Essa é uma situação especialmente preocupante para a economia brasileira, que vem de um período de estagnação de mais de 20 anos, no qual perdeu-se a capacidade de planejar o crescimento.

É neste contexto que foi criado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que ocupou o foco central das políticas públicas em 2007. Em sua vertente econômica, o PAC tem como principal objetivo promover investimentos públicos e privados em infra-estrutura logística, energética e social, de modo a garantir que não haverá gargalos ao crescimento nos próximos anos. Além de definir prioridades, o PAC se fundamenta em mecanismos adequados de financiamento da infra-estrutura com recursos

públicos, preservada a consistência fiscal de longo prazo, e, sempre que possível, com recursos privados. Para viabilizar a atração e a alocação eficiente de recursos privados em projetos de infra-estrutura é essencial um ambiente regulatório que simultaneamente dê segurança aos investidores e reduza os custos para os usuários. Nesse contexto, o leilão de concessão de sete trechos de rodovias federais, realizado em 2007 – que resultou em tarifas extremamente baixas para os usuários –, demonstrou claramente que é possível construir um modelo de atração de investimentos privados que estimule ao máximo a competição e a preservação do interesse público.

Para ser bem-sucedido, o PAC demanda a recuperação da capacidade de planejamento de longo prazo e de gestão de investimentos por parte do setor público. A retomada da capacidade de planejamento e investimento pelo Governo, catalisada pelo PAC, aumentou o nível de confiança na economia brasileira, acelerando as decisões de investimento do setor privado. Ressalte-se que, antes do lançamento desse Programa, o mercado estimava um crescimento na faixa de 3,5% em 2007, ao passo que já há um consenso de que essa taxa de crescimento no exercício passado deve ter superado os 5%. No entanto, esse é um processo que está exigindo a recuperação de capacidades que foram perdidas pela administração pública. É natural que esse processo seja incremental e que o ritmo de execução das obras desse Programa se acelere progressivamente, como já vem ocorrendo.

Em 2007, foram implementadas diversas obras do PAC, tanto na infra-estrutura econômica, quanto na social. Destacam-se, no campo da infra-estrutura logística, a licitação de sete trechos de rodovias federais, a conclusão das obras de duplicação da BR-060, em Goiás e BR-050 em Minas, a conclusão do trecho de 147 km da ferrovia Norte-Sul; na infra-estrutura energética, o destaque é para o leilão da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, no Rio Madeira, para o leilão de 1.930 km de linhas de transmissão, para a 9ª Rodada de Licitações para a Exploração e Produção de Petróleo e Gás, as confirmações e descobertas do potencial produtivo da área do Pré-sal e do Tupi, a entrada em operação de seis plataformas petrolíferas, que garantiram, em dezembro, um novo recorde de produção de barris diários de petróleo, a entrada em operação de 635 Km de gasodutos, e para a entrada em operação de 14 usinas novas de biodiesel e 17 usinas de etanol; e na infra-estrutura social foram contratados investimentos de R\$ 41,8 bilhões no setor de habitação e R\$ 15 bilhões na área de saneamento. Deve ser registrado, também, no âmbito do PAC, a configuração de uma carteira de projetos e estudos que viabilizará novas obras a serem iniciadas, a exemplo do Estudo de Viabilidade e Modelagem do Trem de Alta Velocidade ligando Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas. Em seu componente institucional, houve significativo avanço na execução do PAC. Destacam-se a criação do Fundo de Investimento em Infra-Estrutura e do FI-FGTS, a regulamentação da TV Digital e da transferência obrigatória para que Estados e Municípios executem obras do PAC, o Reidi e o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária.

Se os primeiros anos do atual Governo tiveram como foco a consolidação da estabilidade econômica, o ano de 2007 marcou, de forma clara, a prioridade na aceleração e na sustentabilidade do crescimento. É neste contexto que deve ser entendido o PAC, que consolida o papel do Estado como indutor do desenvolvimento.

Uma das principais características do atual ciclo de crescimento é que a inclusão social e a redução das desigualdades de renda são componentes essenciais – e não apenas resíduos – da política de desenvolvimento. Trata-se de uma mudança importante em relação aos ciclos anteriores de expansão da economia brasileira, nos quais o foco foi apenas o crescimento econômico, em muitos casos com impactos negativos sobre a distribuição de renda.

Nesse sentido, em 2007, o Governo estabeleceu como prioridade, a exemplo dos anos anteriores, uma Agenda Social. Essa Agenda foi construída a partir da experiência acumulada no monitoramento e avaliação das políticas, programas e ações desenvolvidos pela área social, com o objetivo de aperfeiçoar, integrar e ampliar sua escala de atendimento.

Buscou-se consolidar a política social como garantidora de direitos, reduzir as desigualdades sociais e fortalecer a gestão integrada para promoção de oportunidades e emancipação das famílias mais pobres. Para tanto, a articulação intra-governamental – entre ministérios, secretarias especiais, estatais e bancos públicos – e a pactuação federada com Estados e Municípios vêm sendo constantemente aprimoradas.

Na Agenda Social está previsto um conjunto de ações que prioriza o combate à pobreza na cidade e no campo, o fortalecimento da cidadania, com ênfase na educação, saúde, cultura e segurança pública. Entre as ações destacam-se o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), as medidas para redução das desigualdades, especialmente a ampliação dos benefícios do Bolsa Família, a geração de oportunidades às famílias mais pobres, o combate à pobreza rural, a ampliação dos serviços socio-assistenciais, a reestruturação dos programas para a juventude e o fortalecimento dos direitos da cidadania, compreendendo as comunidades quilombolas, povos indígenas, criança e adolescente, mulheres e idosos.

A centralidade da inclusão social revela-se não apenas nos programas sociais, mas na própria gestão da política econômica. No âmbito da política tributária, por exemplo, deu-se grande prioridade, nos últimos anos, a medidas de desoneração focadas nos produtos da cesta básica de alimentos e nos materiais de construção destinados à população de mais baixa renda. Para a consolidação do desenvolvimento sustentável com inclusão social, muitas das medidas destinadas ao aprimoramento do mercado de crédito tiveram como foco as camadas menos favorecidas da população, seja no caso do crédito consignado – modalidade de crédito que mais vem crescendo nos últimos anos, cujo saldo já ultrapassa R\$ 60 bilhões –, seja no caso do financiamento aos pequenos produtores rurais, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que na safra 2006-2007 alcançou R\$ 8,4 bilhões. Indo além da ampliação do volume de crédito, mudanças recentes introduzidas no Pronaf tiveram como objetivo dar sustentabilidade à renda dos pequenos agricultores. Após a introdução de um mecanismo simples e eficiente de seguro para perdas de safras por motivos climáticos – o Proagro Mais –, na safra 2006-2007, foi criado um instrumento de proteção contra eventuais quedas de preços dos produtos – o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) –, pelo qual a perda decorrente de eventuais quedas de preços é automaticamente descontada do pagamento dos financiamentos.

Mas talvez a principal contribuição da política econômica para a inclusão social seja a manutenção da inflação baixa e estável, pois não existe mecanismo mais perverso de corrosão da renda da população mais pobre que a alta inflação.

Nesse contexto, aumenta ainda mais a importância e o alcance dos programas na área social. O Programa Bolsa Família, até o mês de dezembro de 2007, beneficiou 11,04 milhões de famílias e cerca de 45 milhões de pessoas. O custo aproximado do Programa, em 2007, foi de R\$ 9 bilhões, ou aproximadamente 0,39% do PIB. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), esse Programa é uma transferência de recursos federais que produziu resultados significativos. O Bolsa Família foi responsável por quase um quarto da recente queda da desigualdade de renda e por 16% do declínio na pobreza extrema, pela queda de 60% na desnutrição de crianças pobres, entre seis

e 11 meses de idade, e pela ênfase na igualdade de gênero, ao privilegiar as mulheres como receptoras dos benefícios. Em 2008, será consolidada a ampliação do Bolsa Família, com a inclusão dos jovens de 16 e 17 anos das famílias já beneficiárias do Programa.

A educação continua sendo um dos pilares para a inclusão social e para a qualidade do desenvolvimento. Em 2007, o Governo lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O objetivo desse Plano é contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais na educação, por meio de uma estratégia de ação que contempla as dimensões educacional e territorial. A lei que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), sancionada em 2007, garante investimentos da educação infantil ao ensino médio, ampliando os recursos complementares repassados pela União aos Entes Federativos.

A implementação dos programas sociais tem sido realizada em consonância com a diretriz de promover a inclusão social e a redução das desigualdades, compatibilizada com a busca da racionalidade e da qualidade do gasto público. Nesse sentido, em dezembro de 2007, o Governo lançou o Programa Unificado de Juventude (ProJovem). Foram unificados, por meio do ProJovem, seis programas já existentes voltados para a juventude – Agente Jovem, ProJovem, Saberes da Terra, Consórcio de Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. Esse novo Programa vai permitir que esses jovens sejam reintegrados ao processo educacional, recebam qualificação profissional e tenham acesso a ações de cidadania, esporte, cultura e lazer.

Uma importante inovação desse Programa é a ampliação da faixa etária dos beneficiários das principais ações voltadas para a juventude, a qual anteriormente era apenas de 15 a 24 anos. Essa ampliação introduz no Brasil um padrão internacional de conceituação de juventude, no qual são definidos três grandes grupos: os adolescentes-jovens (15 a 17 anos), os jovens-jovens (18 a 24 anos) e os jovens-adultos (25 a 29 anos). Opta-se, dessa forma, por atender um extrato maior da sociedade, buscando propiciar oportunidades para um contingente cada vez maior de cidadãos. O ProJovem poderá atender, até 2010, quatro milhões de jovens entre 15 e 29 anos.

O Governo, também, está consciente da necessidade de uma atuação coordenada e integrada na área de segurança. Nesse sentido, em agosto de 2007, foi lançado o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). O Pronasci destina-se à prevenção, controle e repressão da criminalidade, atuando em suas raízes socioculturais, articulando ações de segurança pública e políticas sociais mediante a cooperação entre União, Estados e Municípios. Trata-se de uma nova abordagem, que concilia os esforços de políticas de segurança e de ações sociais, superando a dicotomia que vinha sendo perpetrada historicamente. O Programa está estruturado em um conjunto de projetos, que se dividem em projetos estruturantes, com alcance nacional, e em projetos de caráter local, com abrangência em 11 regiões metropolitanas do País, selecionadas em razão dos altos índices de violência.

Os resultados da política de inclusão social do Governo são claros. Tanto a pobreza quanto a desigualdade de renda vêm se reduzindo de forma expressiva no Brasil. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), de 2006, a taxa de pobreza, que em 2002 era de 26,7%, havia caído para 19,3% no citado ano de 2006. O mesmo ocorre com a desigualdade de renda, com o índice de Gini registrando sucessivas quedas, passando de 0,553, em 2002, para 0,528, em 2006.

É verdade que o Brasil ainda é um País muito desigual, mas os avanços realizados nos últimos anos são significativos. Esses avanços são ainda mais relevantes se consideramos que para a grande maioria dos países em desenvolvimento o crescimento dos anos recentes veio acompanhado de uma piora da distribuição de renda.

Como corolário do desenvolvimento recente, em 2007, pela primeira vez, o Brasil passou a integrar o grupo de países com alto grau de desenvolvimento humano, com base na metodologia desenvolvida pelo PNUD.

Um dos fatores que têm contribuído para a aceleração do crescimento nos últimos anos é a introdução de uma série de reformas institucionais, que têm como objetivo aumentar a eficiência da economia em geral e do setor público em particular. Em 2007, deu-se continuidade à agenda de reformas com a aprovação e a implementação de uma série de mudanças com impacto relevante sobre o funcionamento de nossa economia.

Entre essas mudanças merece destaque a entrada em vigor, em julho de 2007, do novo modelo de tributação das micro e pequenas empresas, o Simples Nacional. Com o Simples Nacional, as micro e pequenas empresas passaram a recolher, de forma unificada e simplificada, os tributos federais, estaduais e municipais, com redução relevante não apenas do ônus tributário, mas também do custo de apuração e cumprimento de obrigações tributárias. Em 2007, aproximadamente 2,8 milhões de empresas – mais de 90% das empresas do País – se inscreveram no Simples Nacional, dado que confirma a grande relevância do novo modelo.

Na área financeira, o Governo deu continuidade à implementação de medidas voltadas à criação de um ambiente mais propício à concorrência entre as instituições financeiras. A mudança mais importante foi a regulamentação da cobrança de tarifas bancárias, cujo objetivo foi limitar o escopo das tarifas e, por meio da maior homogeneidade, permitir que os consumidores possam comparar o custo das tarifas cobradas pelos bancos.

Outra mudança importante, implementada em 2007, foi a aprovação da lei complementar e a regulamentação da abertura do mercado de resseguros do Brasil. Com a abertura do mercado de resseguros, cujos efeitos serão sentidos a partir de 2008 com a entrada de novos resseguradores, espera-se não apenas uma redução do custo dos seguros, mas também uma diversificação dos produtos oferecidos, contribuindo para o funcionamento mais eficiente de nossa economia.

Na área da gestão pública, uma das mais relevantes medidas realizadas, em 2007, foi a criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil, que unificou a Secretaria da Receita Federal com a Secretaria da Receita Previdenciária. Além da redução de custos, a consolidação da gestão da contribuição previdenciária com a gestão dos demais tributos federais amplia a eficiência da administração tributária, permitindo o cruzamento de informações e assim contribuindo para a redução da sonegação. O bom desempenho da arrecadação federal, em 2007, é, em parte, o resultado desses avanços na estrutura e na gestão da administração tributária da União.

Esses são apenas alguns exemplos dos avanços institucionais implementados em 2007, os quais foram complementados por uma série de outras medidas de alcance mais restrito, mas que, no conjunto, contribuem de forma relevante para o funcionamento mais eficiente de nossa economia. Um exemplo é a aprovação e publicação, no final de 2007, de mudanças nas normas contábeis nacionais, visando sua convergência para padrões internacionais. Com a mudança espera-se não apenas maior transparência das demonstrações contábeis, mas uma redução do custo de financiamento, no exterior, das empresas brasileiras.

No ambiente de estabilidade macroeconômica construído nos últimos anos e com o foco da política econômica voltado para a criação de condições para a sustentação e aceleração do crescimento, as perspectivas para 2008 são de manutenção de um ritmo de crescimento próximo ao observado em 2007.

É verdade que existem riscos no cenário internacional que podem afetar o desempenho da economia brasileira, neste exercício, mas a perspectiva é que, mesmo num cenário negativo, o impacto sobre nosso crescimento seja limitado. O impacto sobre o Brasil de uma desaceleração mais forte do crescimento dos países desenvolvidos tende a ser limitado, dado o contexto de demanda doméstica robusta e de solidez das contas externas.

Na virada do ano, a rejeição pelo Senado Federal da prorrogação da CPMF, cuja receita prevista para 2008 aproximava-se de R\$ 40 bilhões, exigiu ajustes na política econômica. Tais ajustes estão sendo implementados de modo a preservar a consistência macroeconômica – especialmente pela manutenção da meta de superávit primário para 2008 –, e de modo a que o impacto sobre o crescimento seja o menor possível. Parte dos ajustes será implementada por meio de cortes no orçamento de 2008, que estão sendo negociados com o Congresso Nacional. Embora o objetivo seja preservar ao máximo os investimentos e os programas sociais, um ajuste na dimensão do exigido pela revogação da CPMF pode afetar despesas que impactam positivamente o crescimento e os indicadores sociais.

Outras medidas, que foram implementadas no início deste exercício, são relativas a mudanças na legislação tributária. Na elaboração dessas medidas houve uma preocupação com a consistência macroeconômica, não apenas com o equilíbrio das finanças públicas, mas também com ajustes tributários que não pressionem os preços e que contribuam para manter a inflação sob controle.

Em 2008, a exemplo dos anos anteriores, a perspectiva é dar continuidade à agenda de medidas de aperfeiçoamento institucional. Dentre essas medidas destaca-se a proposta de emenda à Constituição da Reforma Tributária, que deverá ser enviada ao Congresso Nacional. O objetivo da reforma é promover mudanças no sistema tributário que contribuam para o crescimento mais acelerado da economia brasileira, por meio da simplificação, da desoneração e da correção de distorções do sistema atual, a exemplo da guerra fiscal entre os Estados. Ao contrário de projetos anteriores, a atual proposta de Reforma Tributária é o resultado de um amplo diálogo com representantes dos Estados e Municípios, bem como com a sociedade civil. Como resultado desse diálogo, a proposta incorpora aperfeiçoamentos como um importante aprimoramento da política de desenvolvimento regional.

Além da Reforma Tributária, a expectativa é que em 2008 haja outros avanços na agenda de mudanças institucionais, seja por meio da aprovação de projetos já em tramitação – como é o caso do projeto que regulamenta os bancos de dados de proteção ao crédito (cadastro positivo) –, seja por meio de novos projetos, como é o caso da regulamentação do Fundo de Catástrofe do Seguro Rural.

Em relação ao PAC, será prioritária neste exercício a aprovação, no âmbito do Poder Legislativo, das mudanças na Lei de Licitações (Lei nº 8.666, de 1993), para tornar mais célere, transparente e econômico a contratação de bens e serviços, da Lei do Gás, da política de longo prazo para o salário mínimo, dos projetos de leis para melhoria da gestão previdenciária e para instituição do regime de previdência complementar para os servidores públicos federais, do chamado projeto de lei das agências reguladoras, além da proposta sobre o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e da divisão federativa de competências em matéria ambiental, entre outros.

O Governo pretende, também em 2008, introduzir aperfeiçoamentos relevantes na política industrial, tecnológica e de comércio exterior. Tais aperfeiçoamentos dizem respeito não apenas ao alcance setorial da política, mas também aos instrumentos e à coordenação dos agentes públicos responsáveis por sua implementação.

Na Agenda Social, o Governo prevê para este exercício a continuidade do Plano de Desenvolvimento da Educação, o aperfeiçoamento dos programas Bolsa Família e ProJovem, a complementação das ações do Pronasci, bem como a aprovação dos seus respectivos regulamentos no âmbito do Poder Legislativo, a ampliação do Pronaf, a continuidade da implementação do Luz para Todos, além das demais medidas na área da saúde, da cultura, das políticas afirmativas e da infra-estrutura social, compreendendo as ações nas áreas de habitação e saneamento, entre outras.

Em suma, a Agenda de Política Econômica e Social para 2008 tem como principais objetivos reforçar os resultados que já vêm sendo observados em 2007: um crescimento cada vez mais robusto com a manutenção da estabilidade macroeconômica e foco central na inclusão social.